

FRANÇA, Augusto

*pres. GO 1865-1867; dep. geral BA 1879-1881; dep. fed. BA 1902.

Augusto Ferreira França nasceu em Salvador no dia 17 de abril de 1836, filho de Eduardo Ferreira França e de Maria Justa Diniz França, e neto de Antônio Ferreira França. Seu pai e seu avô foram médicos e filósofos, catedráticos da Faculdade de Medicina.

Fez os estudos preparatórios no Liceu Provincial, no qual tanto seu avô quanto seu pai foram docentes, e em 1857 diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em maio do ano seguinte assumiu o cargo de chefe de seção da Secretaria da Presidência da província da Bahia, quando se distinguiu por seus serviços. Permaneceu nessa posição até 1861. No período seguinte foi deputado provincial.

Em dezembro de 1864 foi nomeado presidente da província de Goiás, tomando posse do cargo a 27 de abril do ano seguinte. O Brasil, nesse período, passava por difícil situação financeira decorrente da Guerra do Paraguai, o que não lhe permitiu grandes realizações materiais. No entanto, foi prestigiado por seus atos administrativos, considerados muito importantes, como, por exemplo, a reforma do Paço Municipal e o relatório apresentado à Câmara dos Deputados em 7 de janeiro de 1887, merecedores de honrosas manifestações na Câmara Municipal, na Assembleia Provincial e na imprensa, principalmente através do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, o que o levou a ser condecorado pelo governo imperial.

Assim que deixou a presidência de Goiás, em 29 de abril de 1867, dedicou-se ao direito em sua terra natal, destacando-se nas questões ligadas ao foro judicial. Teve grande repercussão na época uma causa que defendeu no Tribunal do Júri, em Salvador, na qual enfrentou o também grande orador e parlamentar Fernandes da Cunha, que pela primeira vez foi derrotado.

Em 1879 foi eleito deputado geral pela Bahia, juntamente com Rodolfo Dantas, para preencher as vagas deixadas por Manuel Pinto de Sousa Dantas e Pedro Leão Veloso, que passaram a ocupar cadeiras no Senado em substituição a Nabuco de Araújo e a Zacarias de Góis, respectivamente. Foi vereador na Câmara Municipal de Salvador no quadriênio de

1883 a 1887, período em que compôs a presidência da casa, chegando a exercer as funções de intendente do município. Nessa ocasião criou o Livro de Ouro, no qual registrava o nome dos cidadãos que concorriam para a causa do fim da escravidão.

Prestou destacados serviços quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Quando Virgílio Damásio, então governador do estado da Bahia (15 de setembro a 14 de novembro de 1890), reformou o antigo Liceu, que passou a se chamar Instituto Oficial de Ensino Secundário, foi nomeado professor da cadeira de direito comercial e economia política, passando em seguida a catedrático de economia política. Criada a Faculdade de Livre Direito em 1891, coube-lhe reger a cadeira de economia política e ciência das finanças, quando teve entre seus alunos o futuro governador Severino Vieira. Após o falecimento do desembargador João Rodrigues Chaves, em 1899, passaria a ocupar o cargo de diretor da Faculdade de Direito.

Antes disso, em 1894, foi eleito senador estadual e concorreu para a elaboração das leis complementares do estado, destacando-se pelo projeto de reforma eleitoral e outros direcionados aos interesses dos bancos agrícolas, e pelo projeto de regulamentação do trabalho, assistência pública e instituições sociais. Em decorrência da morte de Jaime Lopes Vilas-Boas, foi eleito, por indicação do Partido Republicano da Bahia, do qual era membro de destaque, para substituí-lo na Câmara dos Deputados, na capital federal. Tomou posse no início de 1902 e em 24 de junho regressou à Bahia, por conta de problemas com a saúde. Faleceu em Salvador no exercício do mandato de deputado federal em 28 de setembro de 1902, aos 66 anos.

Seu retrato foi inaugurado no Salão Nobre da Câmara Municipal em 1922, por indicação do conselheiro João Pacheco de Oliveira Júnior. Através do Decreto-Lei nº 55, em dezembro de 1941 o prefeito deu o seu nome a uma das ruas de Salvador.

Liliane de Brito Freitas/ Consuelo Novais Sampaio

FONTES: BEVILAQUA, C. *História*; BOCANERA JUNIOR, S. *Telas* (p. 161-168); BULCÃO SOBRINHO, A. *Relembrando* (p. 41-43); CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 20/2/2009; *Diário da Bahia* (30/9/1902, p.2). Dr. Augusto França; GIDI. A. *Anotações* (p.38); MATTOS, W. *Pinacoteca* (p . 81); *Notas Diversas* (28/9/1900, p. 4). Dr. Augusto França; PREF. MUN. SALVADOR. Decreto-lei nº. 55 de 22 de dezembro de 1941; *Revista do Histórico e Geográfico Brasileiro*, 263 (1964): 64; SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 61).